

Crise no STF atravessa campanha e deixa próximos passos sob incerteza

Supremo retoma sessões após embate entre ministros. Lula e Flávio incorporam caso à campanha

Por **Beatriz Matos**

Um dia depois de uma das sessões mais tensas de sua história recente, o Supremo Tribunal Federal (STF) voltou ao plenário nesta quarta-feira (16) tentando retomar a normalidade. Não houve referência direta ao bate-boca da véspera nem ao julgamento interrompido sobre os casos envolvendo Alexandre de Moraes e André Mendonça.

A normalidade, porém, ficou mais no roteiro da sessão do que no ambiente ao redor dela. Gilmar Mendes entrou e saiu do plenário algumas vezes. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, acompanhou os trabalhos. Alexandre de Moraes chegou depois do início. E Flávio Dino participou por videoconferência. O comportamento contrastou com a sessão extraordinária da terça-feira (15), quando ministros trocaram acusações, elevaram o tom e terminaram horas de discussão sem decidir sequer se os processos sobre Moraes e Mendonça devem ou não ser analisados conjuntamente.

DISPUTA DE VERSÕES

Do lado de fora da Corte, o episódio já havia deixado de ser apenas uma disputa jurídica. A indefinição entrou definitivamente na campanha presidencial, mobilizou governo e oposição e abriu uma disputa de versões sobre quem deve responder politicamente pela crise do Supremo.

Nesta quarta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva buscou se afastar da responsabilização política por Moraes, ao mesmo tempo em que preservou o reconhecimento à atuação do ministro no processo eleitoral de 2022. Em entrevista ao podcast Desce a Letra, Lula lembrou que Moraes foi indicado ao STF em 2017, durante o governo Michel Temer.

“Eu não era presidente quando o Alexandre de Moraes foi indicado para ministro da Suprema Corte”, afirmou. Mais adiante, porém, acrescentou: “Eu acho que o Alexandre de Moraes prestou dois grandes serviços à democracia brasileira”, em referência especialmente à atuação do ministro à frente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na eleição de 2022 e à defesa do sistema eletrônico de votação e como relator no processo que condenou



Um dia depois, Fachin tentou dar ares de normalidade à sessão do STF

o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros por tentativa de golpe.

A posição explicita a tentativa de Lula de separar três elementos que, na campanha, passaram a ser apresentados juntos: sua relação política com Moraes, a atuação passada do ministro contra a tentativa de ruptura institucional e as suspeitas surgidas agora a partir do caso Banco Master.

ESTRATÉGIA DELICADA

O presidente defendeu que eventuais irregularidades sejam investigadas independentemente de quem esteja envolvido. “Todo mundo que cometeu erro, cometeu erro em qualquer área, tem que ser julgado. O que eu defendo é um julgamento justo, com direito de defesa, mas a pessoa cometeu um delito, a pessoa tem que pagar o preço. Isso vale para mim, vale para o Alexandre de Moraes, vale para o Fachin”, afirmou.

Lula também cobrou do presidente do Supremo, Edson Fachin, uma condução que evite que a crise do Banco Master contamine a eleição. “O presi-

dente Fachin tem a responsabilidade de fazer com que isso não atrapalhe o processo eleitoral”, disse.

A estratégia é delicada. Ao mesmo tempo em que tenta se descolar pessoalmente de Moraes, Lula não abandona a defesa da atuação que o ministro teve no TSE e nas investigações relacionadas à tentativa de golpe. A crise obriga o presidente a sustentar, simultaneamente, que Moraes teve papel relevante na defesa das instituições e que isso não impede que eventuais suspeitas atuais sejam apuradas.

LULA E MORAES

Do outro lado da disputa, aliados do candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro, enxergaram justamente na indefinição do Supremo uma oportunidade para manter o tema vivo durante a campanha. Em agenda no Ceará, Flávio voltou a vincular Moraes ao governo Lula e passou a explorar diretamente a atuação dos ministros indicados pelo petista. “Quem está votando em Lula está votando em Alexandre de

Moraes”, afirmou. O entorno do candidato avalia que a sessão expôs divergências internas da Corte e pretende continuar explorando críticas a Moraes, Dino e ao funcionamento do tribunal.

OAB

A repercussão chegou ainda à Ordem dos Advogados do Brasil. Nesta quarta-feira, o Conselho Federal da OAB e suas 27 seccionais divulgaram nota contra uma declaração feita por Flávio Dino durante a sessão. Ao discutir corrupção no sistema de Justiça, o ministro afirmou que “não existe venda de sentença sem um advogado comprando”.

A entidade declarou “total contrariedade” à generalização e afirmou que eventuais desvios devem ser apurados de forma individual. “A advocacia brasileira não pode ser responsabilizada coletivamente por condutas individuais”, afirmou a OAB, que classificou como indevida a extensão da suspeita a toda a categoria.

A sessão de terça terminou com placar parcial de 4 a 3 pela manutenção separada dos casos envolvendo Moraes e Mendonça. Fachin, Mendonça, Luiz Fux e Cármen Lúcia votaram contra a reunião dos processos. Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Moraes defenderam a análise conjunta.

Flávio Dino chegou a se posicionar sobre a questão, mas pediu vista antes da conclusão do julgamento, suspendendo a análise. O mérito do caso Moraes, portanto, nem chegou a ser examinado.

O Supremo não decidiu se há elementos para abertura

de investigação, quem deverá eventualmente conduzi-la nem como os procedimentos relacionados aos dois ministros continuarão tramitando.

O pedido de vista pode manter a discussão aberta por até 90 dias, período que ultrapassa o primeiro turno da eleição e permite que a controvérsia permaneça presente durante praticamente toda a campanha.

O maior impasse aparece caso Dino confirme posição favorável à reunião dos processos. Nessa hipótese, o placar pode chegar a 4 a 4. Campelo sustenta que o desempate caberia ao presidente da Corte. “Em qualquer julgamento empatado, quem tem o voto de Minerva é o presidente”, diz. Essa interpretação, porém, não é consensual.

Olavo Hamilton, advogado e professor de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, entende que Fachin já exerceu seu voto e não poderia participar novamente apenas para desfazer a igualdade. “Se o ministro Flávio Dino votar pela reunião dos pedidos de investigação teremos um empate. Em caso de empate, o julgamento deve ser sempre favorável ao réu ou investigado. Nesse caso, embora Moraes ainda não seja investigado, trata-se de pedido de investigação. Assim, havendo empate, a questão de ordem deve ser resolvida em seu favor, reunindo-se os pedidos de investigação.”

E O DIA 23?

Outro ponto ainda sem resposta definitiva é o julgamento marcado para a próxima quarta-feira, 23 de setembro, sobre o caso relacionado a André Mendonça.

Campelo considera, por enquanto, que esse processo continua independente. “Quanto ao julgamento do dia 23, por enquanto ele é totalmente independente do realizado ontem”.

Hamilton apresenta leitura diferente. Para ele, o pedido de vista interfere diretamente na análise marcada para a próxima semana, já que a questão ainda pendente no Supremo é justamente definir se os dois procedimentos devem ou não tramitar juntos. “Em tese, o pedido de vista do ministro Flávio Dino impede a apreciação do pedido de investigação contra Mendonça”.



Dúvida sobre se pedido de vista de Dino afeta sessão de quarta